1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º E autorizada a comissão administrativa da Câmara Municipal de Abrantes a alienar gratuitamente, com dispensa de quaisquer formalidades legais, em benefício do hospital da Santa Casa da Misericórdia daquela cidade, o recinto anexo ao mesmo hospital, antigamente denominado Parque dos Bombeiros e hoje Parque Beneficência.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Março de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Direcção Geral da Segurança Pública

Decreto n.º 13:424

Considerando que a natureza dos cargos confiados aos funcionários superiores da policia de segurança pública de Lisboa é deveras espinhosa;

Considerando ser justo que se gratifique devidamente quem tam melindroso e violento serviço desempenha, e atendendo a que deve considerar-se deminuta a percentagem dos emolumentos policiaes atribuida aos mesmos funcionários pelo artigo 10.º da lei n.º 1:581, de 11 de Abril de 1924;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A parte dos emolumentos policiaes que, segundo a distribuição prescrita no artigo 10.º da lei n.º 1:581 pertence aos funcionários superiores do Commissariado Geral da Segurança Pública de Lisboa, passa a constituir receita do Estado.

Art. 2.º Dos 80 por cento das receitas emolumentares policiaes que pela referida lei n.º 1:581 pertencem ao Estado, serão atribuidas aos mesmos funcionários as seguintes gratificações mensais fixas:

Ao comandante geral da policia de segurança pública	1.500\$00
Ao segundo comandante	1.300\$00
A cada um dos commissários de divisão	800\$00
Ao tesoureiro do conselho administrativo	800\$00
A cada um dos commissários adjuntos, tenentes	500\$00
Ao commissário adjunto, chefe da secretaria	400\$00
Ao commissário adjunto, secretário do conselho administrativo	400\$00
Ao secretário do comandante geral	400\$00

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

Por terem saído com inexactidões novamente se publicam o § único do artigo 1.º e artigo 20.º do decreto n.º 13:255:

Artigo 1.º
§ único. Do disposto neste artigo exceptuam-se os crimes políticos, os de imprensa e aqueles que estejam sujeitos à jurisdição dos tribunais militares ou a qualquer outro especial.

Artigo 20.º O julgamento dos acusados pelos crimes cuja existência seja averiguada nas investigações a que se referem os decretos n.ºs 11:339 e 11:381 será regulado pela lei n.º 1:871, de 29 de Maio de 1926.

Ministério da Justiça e dos Cultos, 4 de Abril de 1927.—*Manuel Rodrigues Júnior.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 13:425

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os periodos fixados no artigo 17.º da lei n.º 1:452, de 20 de Julho de 1923, são aumentados, no corrente ano económico, de quarenta e cinco dias para as Direcções Gerais da Fazenda e Contabilidade Pública, compreendendo-se nesta prorrogação os trabalhos já realizados e ainda não pagos.

§ único. A respectiva despesa continuará a ser satisfeita nos termos estabelecidos pela verba a que se refere o artigo 33.º da lei n.º 1:452, de 20 de Julho de 1923.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime*